

CORAÇÃO DE CIFRÃO:

o Sindicato dos Bancários do Espírito Santo na trilha das Reformas de Base (1953-1964)

"Dollar Heart": the Espírito Santo's Bank Employees Union on the trail of the Basic Reforms (1953-1964)

André Ricardo Valle
Vasco
PEREIRA

 andre.r.pereira@ufes.br

Universidade Federal do
Espírito Santo
Vitória, ES, Brasil

RESUMO

Este trabalho lida com um momento da trajetória do Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos Bancários do Espírito Santo (SEEB/ES), entre 1953 e 1964, que correspondeu a uma fase de progressiva radicalização política e alinhamento com o projeto das Reformas de Base. O propósito é o de explicar o abandono de uma orientação reformista moderada em favor de uma postura radical. Para tanto, busca-se articular as influências teóricas de E. P. Thompson e Adam Przeworski, de forma a considerar a relação entre a experiência de classe no plano da cultura e o papel das lideranças nas conjunturas dadas. Tendo em vista as diferenças entre o plano nacional e o regional, no caso, do Espírito Santo, defende-se a tese de que as elites sindicais articularam aspectos mais amplos com a realidade local, de forma a apelar aos bancários capixabas como membros da classe trabalhadora, sendo este o sentido instrumental das Reformas de Base. Foi tal estratégia que permitiu, ao mesmo tempo, mobilizar a categoria com base tanto em suas condições de trabalho quanto em um sentido mais geral. A base empírica usada constou de entrevistas, notícias da imprensa local e documentos da entidade.

Palavras-chave: Sindicato dos Bancários do Espírito Santo, Reformas de Base, Formação de Classe, Reformismo, Movimento Sindical.

ABSTRACT

This work deals with a moment of the trajectory of the Espírito Santo's Bank Employees Union between 1953 and 1964, corresponding to a phase of progressive political radicalization and alignment with the Basic Reforms (Reformas de Base) program. The purpose is to explain the abandonment of a moderate reformist orientation in favor of a radical stance. Therefore, it seeks to articulate the theoretical influences of E. P. Thompson and Adam Przeworski, considering the relationship between class experience in the cultural plan and the role of leadership in the given circumstances. Considering the differences between Brazilian national and regional instances, and taking the case of the state of Espírito Santo, it defends the thesis that union elites articulated broader aspects with the local reality, in order to appeal to Espírito Santo's bank employees as members of the whole national working class, for which the Basic Reforms program worked well. It was this strategy that allowed the mobilization of the category based on both their working conditions and in a more general sense. The empirical basis used consisted of interviews, local news coverage and the Union's documents.

Keywords: Espírito Santo's Bank Employees Union, Basic Reforms, The Making of Working Class, Reformism, Union's Movement.

Introdução

Este trabalho lida com um instante na trajetória do Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos Bancários do Espírito Santo (SEEB/ES), entre 1953 e 1964, que correspondeu a uma fase de progressiva radicalização política e alinhamento com o projeto das Reformas de Base. Em um momento inicial, de 1937 a 1953, a entidade foi dirigida por um grupo com perfil reformista moderado. A questão a ser discutida aqui é como explicar o abandono desta posição em um estado fortemente marcado pelo conservadorismo. Há um estudo sobre este objeto de pesquisa (TOSI; COLBARI; ALVES, 1995) que muito contribuiu para seu conhecimento, mas avança pouco em termos interpretativos.

Os bancários capixabas podem ser abordados como parte de um processo de formação de classe. Nesse sentido, os marcos interpretativos mais gerais aqui utilizados levam em conta a construção da identidade, por um lado, e o papel exercido pelas lideranças, por outro. E. P. Thompson (1989) nos ensina que sempre há, por parte dos “de baixo”, uma percepção qualquer acerca da exploração do trabalho. E, historicamente, certas respostas são dadas a este problema, em particular no plano da cultura, ao elaborar uma imagem de si como grupo. No caso dos bancários em geral, no período considerado, é preciso abordar as condições de trabalho e os aspectos simbólicos por eles elaborados em sua experiência concreta. Este recorte, porém, não deve ser isolado das condições sociais, econômicas e políticas mais amplas na qual o grupo se inseriu. No caso específico, o estado do Espírito Santo.

Sobre essa base, diferentes agrupamentos se propuseram a organizar os bancários como classe, reproduzindo variados projetos políticos. As suas formas de intervenção foram mais ou menos bem-sucedidas em função da sua capacidade de diminuir custos de decisão para que fosse possível aderir à ação coletiva. As elites assim constituídas, quando apelam aos trabalhadores como classe, com a devida competência e capacidade de dar resposta aos desafios colocados pelas condições concretas de vida, pelas identidades construídas, pelas resistências, pela submissão à disciplina imposta pelos empresários no ambiente de trabalho, dão o passo fundamental para o processo histórico analisado por Adam Przeworski (1989). Ele chama a atenção para o fato de que tais elites, em sociedades democráticas liberais, acabam tendo que decidir se participam ou não da política institucional, o que remete ao problema da formação de maiorias com o objetivo de governar. Formar maiorias, em geral, implica ampliar a concepção de classe trabalhadora, o que, no limite, acaba por esvaziar esta noção, conduzindo a uma desorganização como classe.

Há, portanto, um processo histórico. Por um lado, a experiência real, concreta dos “de baixo”, que deve remeter às suas condições de vida e ao tipo de representação social dominante nos instantes em que se colocaram e como a elas responderam. Neste plano,

a ação dos “de cima”, suas estratégias de disciplinarização, de controle, de convencimento precisam ser consideradas, pois a identidade não é elaborada em condições ótimas, mas sim de assimetria de poder e em circunstâncias dadas, com um “passado presente”. Por outro lado, sem elites dirigentes que sejam capazes de dar respostas eficazes às enormes dificuldades para a união e o enfrentamento dos dominantes, a autoimagem de base, elaborada no dia a dia, no plano da cultura, não consegue expressão na esfera pública. Por sua vez, identidades parcelares, dos bancários, dos ferroviários etc. não oferecem meios para influenciar ou alterar os aspectos mais amplos. Daí que o normal seja a tentativa de tomar tais concepções parcelares e inseri-las em outras, mais amplas. É nesse sentido que os projetos políticos gerais são lidos e adaptados pelas elites dirigentes para realizar tal ponte, com maior ou menor sucesso.

No caso aqui considerado, tem-se uma categoria profissional inserida em um recorte espaço-temporal marcado pelo baixo nível de urbanização, pelo tradicionalismo nas relações sociais, pelo poder político concentrado nas mãos das elites agrárias. Os condicionantes estruturais, dessa forma, não se mostravam favoráveis à formação de classe tal qual discutido acima. Todavia, sendo o Brasil uma república federativa, havia uma dinâmica nacional e outra regional. Isto significa que, mesmo nos estados mais “atrasados”, as elites dirigentes do movimento sindical poderiam lançar mão de projetos políticos e formas organizativas mais amplas, como no caso de greves nacionais. Foi exatamente essa articulação entre os dois níveis, nas conjunturas dadas, que forneceu meios para que lideranças sindicais dos bancários capixabas avançassem na sua inserção como parte de um todo, por meio das Reformas de Base, sem, contudo, deixar de lado suas especificidades. Tratou-se de uma experiência que buscou a autonomia de classe e foi interrompida pela força, abrindo-se, dessa forma, espaço para uma regressão aos mecanismos de parcelamento identitário que as vivências desses trabalhadores estimulavam.

Com o objetivo de demonstrar essa tese, o trabalho em questão se inicia com a apresentação de um quadro geral do Espírito Santo ao longo do século XX e o papel dos bancários nele. A seguir, aborda resumidamente a primeira fase da história do sindicato. Como um complemento, considera uma proposta política derrotada nesse instante e busca justamente interpretar este resultado com base na abordagem teórica apresentada acima. Na sequência, são discutidas as bases de poder dos sindicatos e as condições de trabalho da categoria no estado. Eles formaram o “solo” sobre o qual uma nova elite dirigente “semeou” respostas que articularam o plano nacional com o local, permitindo ultrapassar as limitações colocadas pela experiência concreta.

Antes de avançar, entretanto, cabe uma discussão sobre o uso das fontes orais neste estudo. Elas foram produzidas como parte de um projeto de pesquisa junto ao SEEB/ES, conduzido por uma equipe da Universidade Federal do Espírito Santo, por meio do qual tanto lideranças como trabalhadores de base foram entrevistados. Vários aspectos de suas vivências foram levantados através da técnica da história de vida com roteiro

semiestruturado (ALBERTI, 2004). O autor deste trabalho coordenou a pesquisa. Tendo em vista as questões interpretativas aqui colocadas, os trechos de entrevistas a serem citados vão lidar com a realidade dos bancários, por um lado, e com as avaliações acerca de suas lideranças, por outro. No primeiro caso, serão abordados: as condições de trabalho, as diferenciações dentro da categoria e o lugar social da profissão de bancário. No segundo caso, o caráter simbólico das conquistas, a visão sobre as lideranças e o conflito de visões políticas.

O quadro geral

Na segunda metade do século XIX, o café foi introduzido no Espírito Santo. Já a partir da década de 1930, o governo federal iniciou um processo de industrialização pela via estatal, que teria a Companhia Vale do Rio Doce (CVRD) como sua representante no estado (SILVA, 2004). Essa empresa, porém, de início, não alterou muita coisa para os capixabas. Enquanto o Brasil se modernizava, o Espírito Santo fortalecia o modelo agrário-exportador, coronelista, tradicional e rural. (PEREIRA, 2011).

A expansão do cultivo de variedades pobres de café levou o governo federal, na década de 1960, a impor uma erradicação forçada desse plantio, o que gerou êxodo rural e o início de um crescimento das cidades. Isso se deu no mesmo momento em que a Vale começou a estimular um tipo de industrialização voltado para o beneficiamento básico do minério de ferro, que foi acompanhado da implantação do eucalipto nas terras arrasadas pelo café (BITTENCOURT, 2006).

Dos anos 1970 em diante, formou-se um modelo industrial-exportador, baseado em grandes empresas (Vale, Companhia Siderúrgica de Tubarão, Samarco Mineração, Aracruz Celulose). As unidades de produção criadas por elas são muito amplas, demandando alto volume de mão de obra para a fase de construção civil, mas dispensada depois, alimentando as periferias (SIQUEIRA, 2010). Além disso, o café voltou a ser plantado e o sistema portuário foi estimulado para agir também no campo da importação de produtos para outros estados. O Espírito Santo se tornou mais urbano do que rural em 1980, encerrando, então, a transição para o capitalismo.

Na fase de economia agrária, os bancos tinham uma presença pequena. Muitos eram estrangeiros, os privados nacionais tinham limitações para crescer e os públicos – que pertenciam a governos estaduais como o capixaba, com fonte muito instável de receitas – passavam por dificuldades, alguns sendo periodicamente fechados. Conforme a industrialização e a urbanização foram avançando, os bancos deixaram de ser prestadores de serviços para grandes comerciantes, agricultores e para a classe média alta, passando a financiar várias atividades, chegando mesmo a ocupar a posição de mediadores do processo de expansão ampliada do sistema econômico.

Em São Paulo e no Rio de Janeiro, onde o capitalismo avançou mais rapidamente, o sindicalismo bancário, nas fases democráticas (1945-1964 e de 1985 para cá), tornou-se

mais combativo, influenciado pela esquerda (OLIVEIRA, 1998). Nas ditaduras (Estado Novo, de 1937 a 1945, e Regime Militar, 1964 a 1985), houve refluxo em todo o país. Porém, criou-se uma dinâmica nacional que se combinava com a regional. Desde a década de 1930, os bancários começaram a fazer greves “nacionais”, nas quais os sindicatos locais paralisavam atividades no mesmo momento, mas realizando negociações separadamente com os patrões, entrando e saindo do movimento conforme a sua realidade. Nos locais mais “atrasados”, como o Espírito Santo, os projetos políticos-ideológicos e as conjunturas de mobilização acabaram tendo influência nos rumos de um sindicalismo bancário que, de outra forma, refletiria apenas as condições locais. Na fase 1945-1964, o SEEB/ES iniciou sua trajetória com uma direção mais moderada e foi se radicalizando, em parte pelo alinhamento com as questões nacionais. Com a Ditadura Militar, houve retrocesso. Portanto, a cada momento, na conexão entre o país e o estado, o SEEB/ES apresentou um tipo específico de prática social. Este trabalho tem o objetivo de abordar a fase que vai de 1953 a 1964. Isto se deve ao fato de que existe uma abordagem sobre o momento inicial (PEREIRA, 2014). A seguir, será feito um resumo daquele período, com o fito de fornecer elementos para o entendimento do processo de radicalização.

A primeira fase do SEEB/ES

A entidade foi fundada em 1934 com o nome de Sindicato dos Bancários de Vitória. Na década de 1930, o sindicalismo bancário em vários lugares do país estava passando por um processo de disputas entre setores de esquerda, governamentais e de direita. A esquerda era composta por comunistas e trotskistas. O setor governamental correspondeu ao esforço de estabelecer uma aliança entre a burocracia do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio (MTIC) e militantes nas entidades. Com o tempo, essa linha passou ser conhecida como trabalhista. A direita, por fim, foi constituída por ativistas da Ação Integralista Brasileira (AIB) (OLIVEIRA, 1990).

O processo político acabou levando à repressão tanto da esquerda quanto da extrema-direita, o que privilegiou aqueles que aderiram ao ideário do varguismo, mesmo que por simples estratégia de sobrevivência. Esse foi o processo no Espírito Santo, que se consolidou a partir de 1937 e legou um grupo dirigente que foi classificado como reformista moderado, com destaque para a figura de Altamir Faria Gonçalves. Essa linha controlou a entidade até 1953, quando se iniciou um processo de transição.

Apesar de defender os princípios fundamentais do trabalhismo – por meio dos quais a relação entre empregados e empregadores deveria ser mediada por intermédio da Justiça do Trabalho e o sindicato deveria funcionar como prestador de serviços para sua categoria –, esse grupo não se furtou a, sob o influxo do movimento sindical nacional, participar da greve nacional de 1946. Houve, posteriormente, nova paralisação em 1951. Neste caso, porém, não foi possível determinar como se deu o movimento no Espírito Santo.

Altamir Faria Gonçalves chegou a ser eleito vereador na cidade de Vitória, no pleito de 1947, pelo Partido Trabalhista Brasileiro (PTB). Tentou outros voos, mas não foi bem-

sucedido. Além disso, seu grupo conseguiu ocupar espaços na Junta de Conciliação de Julgamento de Vitória e no Instituto de Aposentadorias e Pensões dos Bancários (IAPB). Portanto, tratou-se de uma elite dirigente consequente em termos de projeto e de práticas de poder. Nesse mesmo momento, o sindicalismo bancário capixaba contou com uma alternativa, que será estudada adiante.

A esquerda possível: a experiência de Newton Meirelles

A direção de um sindicato é produto do ou dos projetos políticos que existem a cada momento, assim como do tipo de relação que se estabelece entre direção e base. Não é impossível que alguns dirigentes fiquem distantes de seus associados, mas, neste caso, tendem a ter dificuldades quando tentam conduzir a categoria em alguma ação coletiva.

Conforme já foi dito, o Espírito Santo era uma sociedade conservadora e a profissão de bancário possuía certas características – demonstradas adiante – que criavam condições para um afastamento da base com relação a projetos mais radicais. Isso explica, em parte, a moderação do grupo hegemônico no SEEB/ES em seu início.

Contudo, na mesma época, existiu um militante com perfil mais progressista, cuja trajetória nos ajuda a entender melhor os limites da ação sindical naquele momento. Trata-se de Newton Meirelles, um carioca nascido em 1905, que chegou ao Espírito Santo em 1934, aos 29 anos, para trabalhar no Banco do Brasil. Em 1937, ele fez parte da chapa que assumiu o SEEB/ES. Dois anos depois, foi transferido para Cachoeiro de Itapemirim, onde permaneceu o resto da vida.

Durante a II Guerra Mundial, Meirelles participou da mobilização contra o Eixo. Na redemocratização que se seguiu, o grupo de militantes antifascistas do qual fez parte, sem filiação com o Partido Comunista do Brasil (PCB) ou qualquer outra organização, foi convidado pelo cronista Rubem Braga, que vivia no Rio de Janeiro, a ingressar no Partido Socialista Brasileiro (PSB), que teve um papel bastante significativo na cidade. Cachoeiro era, para o padrão capixaba, o local com debate político-ideológico mais avançado da época. Na década de 1930, viveu um grande conflito entre integralistas e comunistas (LIMA, 2011). A polarização entre direita e esquerda, que não é vista de forma positiva no estado, tornou-se comum na cidade, e o PSB tentou nela ocupar uma posição de centro-esquerda.

A legenda editou o jornal *A Época*, pelo qual se conhece a militância dos bancários na greve de 1946 na cidade, com um discurso que era menos moderado do que o do pessoal de Vitória, mas que era coerente com a linha de um “socialismo democrático”, que acabou levando Newton Meirelles a ocupar uma vaga de vereador em 1947. Em 1950, ele se candidatou a deputado estadual, mas não foi eleito.

Em uma entrevista de 1985, Meirelles afirmou que o grupo não tinha um perfil ideológico sólido, tanto que ele acabou passando para o PTB depois, mas também não se sentiu bem ali e abandonou a atividade partidária. Ele militou em todas as greves e acabou

sendo processado por conta disso após o Golpe de 1964, o que levou à perda do cargo comissionado. Sobre sua militância, ele disse:

Quando ainda trabalhava no banco, participei sempre das lutas dos bancários, das greves. Sem querer me colocar na condição de líder, participava e compreendia porque os outros bancários me procuravam. Acho que os funcionários do Banco do Brasil estão inseridos no mesmo contexto daqueles do Bemge, do Nacional... A classe é uma só. Quando havia movimento grevista, eu era procurado por funcionários de outros bancos, porque eles achavam que eu, funcionário de um banco oficial, ajudava o movimento. (CACHOEIRO..., 1985, p. 20).

Um exemplo do tipo de proposta que ele defendia esteve na criação de uma Cooperativa de Consumo para Bancários e Funcionários Públicos em Cachoeiro, pela qual os membros tentariam adquirir mercadorias a um preço mais baixo. Havia uma clara percepção do conflito de classes, mas a solução era concebida como aumento justo de salário por razões "humanas" ou pela auto-organização dos assalariados sem mudança radical do modelo vigente. Até mesmo isso, porém, ficou restrito ao espaço de uma cidade. Mudança mais ampla iria surgir depois e com motivações diversas. Isso tem a ver com o fato de que é preciso encontrar a devida conexão entre lideranças e suas bases em função das possibilidades oferecidas pelas conjunturas e pelas determinações mais amplas derivadas das estruturas. É por essa razão que este trabalho se iniciou com uma caracterização do processo geral no Brasil e no Espírito Santo, de modo a compreender que houve uma dinâmica nacional e outra regional. O caráter mais "atrasado" do Espírito Santo, ou seja, da forma como se deu a modernização conservadora em suas terras, deu meios que foram mais bem- aproveitados pelo grupo de Altamir Faria Gonçalves. Newton Meirelles e seus companheiros socialistas possuíam várias características que dificultavam seu posicionamento como liderança eficiente na conjuntura na qual atuaram. Em primeiro lugar, no sentido mais amplo da luta social, enfrentaram a competição com comunistas e trabalhistas, mais bem-organizados, com maiores volumes de recursos de poder e, principalmente, mais bem-inseridos nos temas principais da esfera pública, ou seja, o nacionalismo, o papel do Estado e o sentido da ação sindical. É preciso destacar, também, o enorme peso do conservadorismo no Espírito Santo, das relações sociais construídas com base em formas de dependência entre coronéis e seus empregados, mimetizadas até no interior de grandes empresas como a CVRD. (PEREIRA, 2013a, 2013b).

Newton Meirelles ficou entre trabalhistas e comunistas, de um lado, e conservadores, de outro. O meio termo que o socialismo democrático buscou alimentar em sua fase inicial o colocou em uma armadilha que restringiu suas possibilidades. Esta corrente possuía uma forte influência liberal no campo da reflexão sobre a política, misturada com a crítica à exploração do trabalho. Para ela, o mais importante era educar, no sentido amplo do termo, os trabalhadores, para que se mostrassem capazes de defender os seus interesses sem a interferência de lideranças diretivas, impositivas. No caso do sindicalismo, por exemplo, defendia-se o pluralismo contra a unicidade. Trabalhistas e comunistas eram favoráveis

a um sindicato por base e lutavam para controlá-los. Socialistas queriam mais que um sindicato por base e que os empregados decidissem quais os representariam melhor.

Os sindicatos deveriam lutar pela categoria, organizar e dirigir greves, mas outras formas de experiência de autogestão também deveriam ser levadas adiante. Junto com isso, a melhor forma de governo seria o parlamentarismo. Os trabalhadores, uma vez educados, organizados, com alta capacidade de avaliação crítica das variadas propostas políticas, deveriam disputar as eleições, ocupar cargos parlamentares, obter uma maioria junto à sociedade e no Parlamento. E aí começar a implantar os ideais que levariam ao fim da exploração do trabalho, em um processo progressivo de educação, mobilização, conquista de apoio em ambiente de democracia liberal, com eleições constantes e respeito à lei. (HECKER, 1998).

O projeto dos socialistas, que Meirelles tentou, de maneira consequente e dedicada, colocar em prática no Espírito Santo, tinha poucas possibilidades de encontrar bases sólidas. Numa sociedade predominantemente agrária, com urbanização limitada, com relações sociais tradicionais, o seu enfrentamento dependia da conexão entre grupos bem-organizados internamente, motivados, com recursos de poder adequados e capazes de trazer para a realidade local argumentos do debate nacional, de forma a conseguir abrir fissuras na esfera pública capixaba, que era extremamente estreita. Trabalhistas e comunistas foram mais bem-sucedidos nesse processo. Esmagado entre os partidos dos coronéis e as estruturas do PTB e PCB,¹ o PSB teve dificuldades para atrair uma militância de trabalhadores disposta a pagar os enormes custos que a ação coletiva impunha naquelas circunstâncias. Afinal de contas, a democracia liberal era mais formal que efetiva, em uma República presidencialista dominada pelos proprietários rurais e com um movimento sindical urbano que dependia do acesso a recursos adequados para sustentar seus militantes, já que havia uma articulação entre máquinas de poder privadas e públicas que visavam à disciplinarização da força de trabalho, desqualificando formas autônomas de representação de interesses.

Nessas circunstâncias, para se protegerem, trabalhistas e comunistas desenvolveram estratégias que visavam convencer suas bases à ação: a) pela via da luta no interior do poder de Estado – Justiça do Trabalho, negociação com os patrões, greves com objetivos pragmáticos e eleição de membros do PTB para cargos públicos; ou b) pela via da luta política na conquista dos sindicatos únicos, sua orientação para greves pragmáticas e políticas, pela aliança com grupos progressistas de forma a derrubar as elites tradicionais. O nacionalismo e a crença no papel do Estado, de forma centralizada, eram os cimentos necessários para esse convencimento.

As condições concretas de vida dos trabalhadores no geral e dos bancários, em particular, ainda mais em um lugar como o Espírito Santo, apontavam para mecanismos de controle social muito poderosos, que precisavam ser questionados por lideranças que tivessem condições de se preservar como grupo e unificar suas categorias para ações eficientes. Os socialistas se recusavam a ocupar espaços de poder no sindicalismo que

lhes dessem meios de reprodução e defesa. Acreditavam em formas de educação e conscientização que dependiam de uma militância não profissionalizada que os expunham aos inimigos, que esgotavam seus parques recursos, que levavam a resultados limitados em termos de mobilização de base. Nesse sentido, Newton Meirelles foi o exemplo acabado de uma pessoa dedicada ao projeto e que chegou ao ponto máximo que lhe era possível nas circunstâncias. Sendo funcionário do Branco do Brasil, pôde dispor das melhores condições de trabalho e estabilidade para se expor e liderar. Obteve o reconhecimento dos pares, como fica claro, por exemplo, na entrevista do colega de banco, Célio Campos de Freitas, sobre a luta pelo fim do trabalho aos sábados:

Newton Meirelles foi um baluarte [...] porque, para ser eliminado o horário aos sábados, o senhor Newton Meirelles debateu, junto à classe dos bancários, para que nós ficássemos livres do trabalho aos sábados [...] [ele] considerava que outras empresas já não trabalhavam aos sábados e achava que a extinção do horário aos sábados na rede bancária não iria prejudicar a administração de um modo geral. (FREITAS, 2014b).

Meirelles virou referência, mas não foi muito além disso. Em sua trajetória de vida, acabou abandonando o PSB e entrando no PTB, mas sem uma inserção orgânica nessa legenda, justamente em um momento posterior, de maior mobilização e radicalização. De certa forma, permaneceu fiel ao tipo de atitude que marcou o socialismo democrático em seu início, ao mesmo tempo em que o PSB, tendo esgotado seu modelo original, acabou imitando as táticas do PTB e PCB, acabando por se tornar uma força de apoio ao grande projeto que articularam em torno das Reformas de Base.

A seguir, será considerado um dos principais instrumentos de poder disponível aos bancários no sentido de preservar e reproduzir suas lideranças, que foi o Instituto de Aposentadorias e Pensões dos Bancários (IAPB). Na sequência, uma discussão sobre as condições de trabalho. As duas seções servem justamente para aprofundar o argumento apresentado acima sobre as formas de inserção de lideranças reformistas entre os bancários capixabas e seu papel na mudança de perfil do Sindicato.

O IAPB capixaba

No Brasil, até 1923, os trabalhadores não podiam contar com aposentadorias e nem tinham como deixar pensões para seus dependentes. Os ferroviários se tornaram os primeiros a conseguir o direito de formar Caixas de Aposentadorias e Pensões, constituídas por contribuições de patrões e empregados. Quando Vargas chegou ao poder, em 1930, o modelo foi alterado, com a criação dos Institutos de Aposentadorias e Pensões (IAP) que ficariam sob controle do Ministério do Trabalho (MTIC), responsável por indicar a sua presidência. Esta decidia a direção estadual, ao apontar um Delegado Regional.

Apenas trabalhadores sindicalizados em entidades reconhecidas oficialmente conseguiam ter o seu IAP, cuja regulamentação tinha que ser negociada com o MTIC. Em

1933, este tentou juntar bancários com comerciários, o que levou à primeira greve “nacional” da categoria, em 1934. Os bancários conseguiram o seu Instituto separado e passaram a lutar para ter influência sobre o comando dele. A presidência nacional por indicação de um membro da categoria só foi obtida no governo Kubitschek, mas a categoria se organizou na base para participar dos órgãos colegiados e foi bem-sucedida nesse processo.

O IAPB se transformou na melhor organização previdenciária do país, oferecendo também serviços médicos, odontológicos e financiamento para a aquisição da casa própria. Em todos esses quesitos ele era considerado superior aos outros, inclusive com prazos de carência menores e benefícios mais amplos. Nesse sentido, o empregado do Banco do Brasil, Anderson Barbosa, disse:

O IAPB era mais organizado, tinha o serviço médico e tinha atendimento melhor. Também financiava imóveis. Construiu, que existe até hoje, no Morro do Romão, o Edifício dos Bancários - edifício 28 de Agosto. O IAPB construiu o edifício. A maior parte era de Banco do Brasil. Mas havia integração, tinha gente de vários bancos, mas a maioria era do Banco do Brasil. Foi entregue no fim de 1959. (BARBOSA, 2014).

Em 1966, a Ditadura Militar reuniu todos os IAPs e criou o Instituto Nacional de Previdência Social (INPS). Isso teve dois resultados: a queda da qualidade do serviço prestado e o fim do controle da categoria sobre seu Instituto. Esse aspecto ficou marcado na memória dos bancários, como demonstrou Wantuil Siqueira, empregado do Banco de Crédito Agrícola do Espírito Santo: “Dentro do IAPB, nós tínhamos condição de ter uma voz lá dentro para mudar algumas coisas que a gente considerava que era errado. Tanto é que chegou uma fase que todos delegados de IAPB no Brasil eram bancários” (SIQUEIRA, 2014).

O IAPB também funcionou como uma poderosa máquina a serviço da distribuição de favores dentro da categoria (OLIVEIRA, 1999). Era comum que parentes ou conhecidos fossem indicados para cargos nas delegacias regionais. Uma desculpa usada era a de que essa prática permitia maior controle por parte dos trabalhadores, já que os indicados seriam mais “confiáveis” e forneceriam informações sobre o andamento dos serviços.

O grupo que inicialmente hegemonizou o SEEB/ES teve o devido cuidado de ocupar a Delegacia Regional do IAPB, com Charles Anders e outros. Em uma assembleia de 1940, ele solicitou à entidade que indicasse um “filho ou irmão de associado” (SINDICATO..., 1940, p. 25) para ocupar uma vaga de auxiliar na Delegacia. Isso demonstra que a prática de indicar parentes existiu no Espírito Santo.

Portanto, além do esforço por controlar a máquina do Sindicato, os grupos organizados buscavam influenciar no IAPB, que, devido à experiência própria dos bancários, se destacou como importante veículo por meio do qual se mostrava possível não só prestar serviços à categoria, aumentando o grau de legitimidade junto à base, como também servir para a sobrevivência dos militantes, que poderiam ser facilmente punidos pelos patrões, em particular nos bancos privados, no caso de envolvimento com a ação sindical. Ao lidar com

este tema, é fundamental ter em mente esse aspecto. É comum encontrarmos críticas ao “corporativismo” dos trabalhadores, seus “privilégios” etc., mas raramente se destaca o preço histórico pago pelas lideranças sindicais ao se exporem. A construção e ocupação de espaços autônomos de poder eram e continuam sendo fundamentais para que grupos organizados sobrevivam no sindicalismo. A grande dificuldade histórica se encontra no fato de que diferentes correntes internas passaram a se digladiar por tais instrumentos, gerando, inclusive, denúncias e desgastes públicos.

Além da organização e ocupação de espaços, os grupos precisavam dar respostas aos mecanismos de disciplinarização da força de trabalho pelas empresas. Para tanto, no caso em tela, precisamos de uma discussão sobre as condições de trabalho.

A admissão na carreira de bancário

Entre 1931 e 1971, o sistema regular de ensino no Brasil era dividido em três níveis: o Primário, o Secundário e o Superior. O ciclo inicial do Secundário era chamado de Ginásio, com quatro séries. O seguinte era o Colégio, subdividido em dois: o Clássico e o Científico. Cada um durava três séries. Entre o Primário e o Ginásio havia uma prova, chamada de Admissão. Quem fosse aprovado poderia cursar o Ginásio. Ao final deste, havia o exame chamado Licença Ginasial. Só quem obtivesse a aprovação nele é que poderia cursar o Colégio. Quem tivesse perdido o tempo normal de estudo poderia fazer uma prova de Licença Ginasial chamada “Madureza”. Para tanto, o indivíduo poderia estudar sozinho ou fazer um curso, normalmente com professores particulares ou mesmo em escolas regulares, que ofereciam esse serviço, com a cobrança de mensalidade.

A população do Brasil só se tornou mais urbana do que rural em 1970; entretanto, isso só aconteceu no Espírito Santo em 1980. No interior, havia poucas escolas. Onde elas existiam, não iam além do Primário. Para fazer o Admissão, a criança teria que se deslocar até uma cidade maior. Se passasse, teria que frequentar o Ginásio longe dos pais, sendo sustentada por eles. Havia poucas escolas públicas, que costumavam cobrar algumas taxas.

Logo, havia dois funis: o Admissão e a Licença Ginasial ou Madureza. Poucos estudantes conseguiam passar. E os que fossem aprovados teriam que morar em cidades com escolas adequadas, implicando em custos para as famílias, que costumavam ter muitos filhos. O resultado disso é que os pobres não conseguiam avançar no sistema educacional. A relevância dessa discussão se encontra no fato de que, durante muito tempo, o ingresso nos bancos se deu pela condição de escriturário, para a qual se exigia, no mínimo, o Ginásio. Isso significa que os bancários, do ponto de vista cultural, estavam num nível bastante acima do resto dos trabalhadores. Em entrevista, o funcionário do Banco do Brasil, Aquiles Paula de Freitas, destacou tal processo de diferenciação ao observar que ingressar na carreira “Era um desejo, porque eu via, na profissão de bancário, uma profissão limpa, de gente mais culta”. (FREITAS, 2014a).

A diferenciação valia para todos os lugares, mas era particularmente forte no Espírito Santo, onde muitas categorias profissionais executavam funções que dependiam mais de força física e treinamento manual (ferroviários, portuários, metalúrgicos etc.). Portanto, ter o Ginásio e trabalhar em um banco era uma espécie de “paraíso” para os mais pobres, uma atividade “limpa”. Essa característica servia bem ao propósito de isolar os bancários de outras categorias e estimular atitudes de desprezo com relação ao resto dos trabalhadores.

Como se não bastasse, os aspectos tradicionais das formas de interação social, típicos de uma sociedade predominantemente agrária e forjados como relações de dependência e troca simbólica, também estavam presentes nos bancos. Ao comentar sobre seu ingresso no Banco de Crédito Agrícola do Espírito Santo, Almir Carvalho da Silva afirmou: “Foi um pedido do meu pai, porque o meu pai, na época que o governador do estado era o Dr. Jones dos Santos Neves, era muito chegado a ele, tinha prestígio com ele [...] E aliás, na época, era assim, não existia concurso”. (SILVA, 2014).

Pelas razões apresentadas acima, os que atuavam em instituições financeiras possuíam um *status* superior aos demais trabalhadores. Porém, dentro da categoria, também havia distinções. Em primeiro lugar, estavam os funcionários do Banco do Brasil. Abaixo deles, os de bancos públicos estaduais. No caso em estudo, era o Banco de Crédito Agrícola do Espírito Santo, também conhecido pela sua sigla nas mensagens de telégrafo como *Ruralbank*. Em 1969, seu nome foi modificado para Banco do Estado do Espírito Santo S. A. (BANESTES). Por fim, vinham os empregados em agências privadas.

A situação do Banco do Brasil deve ser explicada pelo fato de que, durante muitos anos, ele funcionou não apenas como entidade financeira ordinária, mas também realizando funções de regulador do sistema, fiscalizando outros bancos, distribuindo numerário e executando operações de câmbio. Além disso, por intermédio da Carteira de Crédito Agrícola e Industrial, ele foi, de fato, o agente oficial de empréstimos para empresas. Isso começou a mudar com a criação do Banco Central, em 1965. Mesmo assim, o Banco do Brasil manteve sua posição relevante no sistema bancário.

Seus empregados não eram servidores públicos e podiam ser demitidos a qualquer momento, mas ele funcionava como uma agência estatal, com grau um pouco maior de impessoalidade e ganhos salariais superiores aos outros, tanto que, nos depoimentos orais, é comum a afirmativa de que, nele, os vencimentos iniciais ficavam cerca de três vezes acima dos privados. O ingresso se fazia por meio de um concurso que era considerado muito difícil, para o qual os candidatos estudavam com afinco. Além de língua portuguesa, estrangeira e domínio de matemática, era preciso ser exímio em datilografia. Sobre essa situação, assim se expressou Almir Carvalho da Silva, do Banco de Crédito Agrícola: “O Banco do Brasil, na minha época, era banco de elite. A gente não podia nem entrar lá”. (SILVA, 2014).

Nas paralisações, era comum que se usasse o argumento de que o Banco do Brasil não iria participar pelo fato de já contar com certos benefícios que estavam sendo reclamados.

É claro que essa não era a única razão. Na greve de 1951, por exemplo, o presidente da instituição, Ricardo Jafet, implantou um clima de terror, fazendo ameaças, transferindo e descomissionando lideranças. Portanto, não é correto dizer que os seus filiados fossem necessariamente conservadores, tanto que importantes lideranças sindicais capixabas vieram da instituição, como foi o caso de Romeu Ferreira, o primeiro presidente do SEEB/ES, de Newton Meirelles e José Martins de Freitas. Porém, sua posição era diversa e exigia táticas específicas nas ações reivindicatórias.

O Banco de Crédito Agrícola do Espírito Santo (futuro BANESTES) foi fundado em 1937 e cresceu lentamente. Até 1961, possuía apenas 10 agências no estado. A interferência política na sua administração era mais nítida. Isso foi mudando aos poucos, a partir dos anos 1960, com maior profissionalização. Mesmo assim, a situação de seus empregados era melhor que a dos privados, conforme afirmou Arlete Pavezi Paulo, fazendo uso da terminologia BANESTES:

[O salário] era ótimo comparado com as outras profissões. O BANESTES, por muito tempo, foi o terceiro melhor salário de bancário, só perdia para Caixa e Banco do Brasil. [Com relação aos bancos particulares] era o melhor salário. [Dava para ter] tudo, comprei casa, carro, ajudava a minha família toda. (PAULO, 2013).

Em terras capixabas, a maior parte do setor privado era ocupada por instituições mineiras. Isso gerava muitos problemas, pois a negociação com os patrões se tornava muito difícil nas situações de greve. Até a reforma bancária de 1965, havia muitos bancos pequenos, com agências controladas de maneira quase ditatorial pelos contadores. Era o ponto mais baixo da profissão que, mesmo assim, ficava um pouco acima do resto dos trabalhadores. Paulo Vescovi, que conseguiu ingressar no Banco do Brasil, concluiu sobre sua experiência nessa área:

O bancário de banco particular, naquela época, tinha que fazer de tudo e só saía do banco na hora que fechava tudo. Eram doze horas por dia de banco [...] Mas, foi uma escola. Lá, eu aprendi a ser educado, aprendi a ser leal, honesto [...] O salário era pouco [...] Eu era bancário e trabalhava numa loja de móveis. (VESCOVI, 2014).

Essa memória nos coloca dois pontos de enorme importância analítica. O primeiro é o das difíceis condições de trabalho. O segundo é o aspecto simbólico. Não é incomum que, ao entrevistar trabalhadores, encontremos uma aparente contradição entre, por um lado, uma narrativa recheada pela rotina penosa, ganhos insuficientes e atitude despótica das chefias, acompanhada de um elogio pelo trabalho bem-feito, pelo esforço pessoal, pela competência e pelo destaque à relevância do serviço prestado à coletividade, mesmo que ele não fosse assim reconhecido. Faz parte do funcionamento da memória humana buscar compensações e reconhecimento. Assim como faz parte da experiência concreta, da vivência de época, alcançar o mesmo efeito. A grande questão é a de verificar como os aspectos simbólicos eram manipulados pelas empresas para gerar disciplinarização e desestimular unidade de classe, o que será visto a seguir.

Condições de trabalho

A espinha dorsal da carreira dentro das agências bancárias, até hoje, é o cargo comissionado. O indivíduo ingressava na profissão como escriturário. Para melhorar os vencimentos, precisava ser indicado pela chefia para exercer outras funções, como a de caixa, por exemplo. Sendo função de confiança, os superiores exigiam provas de fidelidade à instituição, e militar no Sindicato não era uma delas. A lealdade e a honestidade, citadas por Paulo Vescovi, eram usadas como “qualidades” a serem introjetadas para os que quisessem crescer.

Desde os anos 1930, o movimento sindical dos bancários tem como uma de suas metas o estabelecimento de salários mínimos por função e de quadros de carreira, com o fim dos cargos em comissão e a ascensão por mérito. Nunca foi bem-sucedido nessa tarefa porque o sistema em vigor permite disciplinar a força de trabalho com muito mais eficiência.

No período que estamos considerando, havia dois tipos de gestores nas agências: os gerentes e os contadores. Os primeiros realizavam funções mais administrativas, enquanto os contadores cuidavam não só da contabilidade como também controlavam o pessoal nos aspectos trabalhistas. Cair na escala de consideração dos gestores significava descomissionamento, com perda salarial ou até demissão. Djalma José Magnago, da Caixa Econômica Federal, lembra que, “Quando alguém entrava em conflito com um gerente, era transferido para outra agência [...] deixava de ter promoção”. (MAGNAGO, 2014).

A conquista do horário de seis horas, em 1934, continua sendo burlada até hoje. O cargo comissionado, em particular, é o que mais sofre com isso, com a desculpa de que o ganho maior justifica a extensão do horário. E as horas-extras, historicamente, costumam ser também manipuladas. Sobre esse ponto, Anderson Barbosa, do Banco do Brasil, afirmou: “O comissionado trabalhava seis horas também, mas, teoricamente, mesmo no Banco do Brasil, as vezes o comissionado trabalhava mais sem remuneração, porque ele ganhava mais, então o banco entendia que estava embutido”. (BARBOSA, 2014).

Assim, o grande drama dos bancários sempre foi o fechamento do dia, quando todas as contas teriam que bater, sem erros na contabilidade. Mesmo a falta de centavos era inadmissível e, em muitos casos, vários funcionários tinham que ficar na agência até encontrar a falha, não importando em qual horário o serviço terminasse. Se faltasse dinheiro, o responsável pela operação teria que tirar do bolso. O resultado disso era um estado de constante alerta e preocupação, que induzia a vários problemas psicológicos.

Antes da modernização do sistema, que teve passos sólidos a partir de 1965, as pessoas mais pobres tinham muito pouco acesso aos bancos, que prestavam serviços aos grupos dominantes – no caso do Espírito Santo, basicamente fazendeiros e comerciantes de café, profissionais liberais (médicos, advogados etc.) e outras pessoas de alta renda. Para tanto, os empregados dos bancos tinham que se vestir de forma adequada e não poderiam se dar ao luxo de desagradar tais clientes, que poderiam prejudicá-los com seus chefes.

O resultado de tudo isso é que, apesar do *status* do bancário ser superior ao do resto da classe trabalhadora, os ganhos eram baixos, as pressões das chefias e dos clientes eram enormes, o medo de errar era constante, os direitos trabalhistas não eram respeitados e os empregados costumavam ser punidos a todo momento. Portanto, havia uma contradição entre a posição dos bancários na sociedade e a realidade vivida no emprego. Todavia, as hierarquias internas podiam ser manipuladas para oferecer compensações simbólicas. Almir Carvalho da Silva, do Banco de Crédito Agrícola, direcionou seu olhar para os que ficavam ainda abaixo dos bancários: “O contínuo trabalha bem mais. Aquele serviço mais pesado dentro da empresa é realizado por ele. Já o escriturário tem mais responsabilidades, mas trabalha menos [...] o escriturário trabalhava seis horas” (SILVA, 2014). Apesar do desrespeito sistemático à jornada legal, ela era concebida como conquista e, afinal de contas, alguém estava abaixo: o contínuo.

Por fim, o Banco do Brasil, como ideal a ser alcançado, alimentava sonhos de ascensão futura. Mesmo não tendo sido algo possível para todos, estava ali como exemplo não necessariamente de uma extensão de direitos para toda a categoria, mas como ilustração de uma conquista pessoal. As condições de trabalho nele eram conhecidas e comentadas, como disse Paulo Vescovi:

No BANCOMÉRCIO, a gente trabalhava muito e recebia pouco. No Banco do Brasil, em Colatina, a gente trabalhava muito, mas recebia muito. Lá, se você trabalhasse duas horas extras, o banco te pagava. Não tem comparação. (VESCOVI, 2014).

Como o Espírito Santo, por fim, era uma sociedade conservadora, na qual os grupos dominantes eram os maiores usuários dos bancos, com ambiente urbano mal desenvolvido e poucas opções alternativas de emprego, as dificuldades para mobilizar a base sindical eram grandes. A alteração desse quadro dependeu de mudanças conjunturais e nas posturas das lideranças, que vamos considerar agora. Para tanto, começaremos com a transição que se deu entre o grupo pragmático e os mais radicalizados.

A fase de transição

O grupo que teve Altamir Faria Gonçalves como figura mais proeminente na direção do SEEB/ES foi hegemônico entre 1937 e 1953. Entre 1953 e 1959, José Maria Pacheco Sobrinho, Hélio Soares e Cícero Octaviano Dias Chaves estiveram presentes em três mandatos e foram responsáveis, conscientemente ou não, por um processo de transição entre o modelo anterior, de um reformismo moderado, para uma postura diferente. Nilton Braga, do Banco de Crédito Agrícola, lembra dos riscos assumidos por uma dessas lideranças:

Cícero [...] era atuante [...] dentro da agência ele lutava pelos funcionários [...] ele enfrentava, inclusive, o diretor do banco. Quando ele via que um funcionário do banco estava sendo prejudicado, ele atuava feio. Ele enfrentava o contador do banco, o diretor [...] [por causa disso] ele não era visto, pela administração, com bons olhos. Mas, por nós, ele era visto com bons olhos. (BRAGA, 2014).

Em 1956, esse grupo teve oposição na eleição para o Sindicato, o que aconteceu pela primeira vez e mostrou que estava ocorrendo um debate sobre os rumos da entidade. Wantuil Siqueira disse sobre a chapa presidida por Hélio Soares e vencedora do pleito: “Para a época, foi muito boa, porque eles sempre atuavam com o interesse em defender a classe” (SIQUEIRA, 2014). Tendo em vista que o entrevistado veio a ser figura ativa na fase posterior, sua fala, ao destacar o momento em questão, demonstra o grau de rompimento com as práticas anteriores.

Entre os problemas vividos pelo movimento sindical, estava o ponto da articulação das reivindicações e das negociações, como ficou claro nas greves “nacionais” de 1934, 1946 e 1951. Conforme já foi dito, mesmo que as paralisações fossem feitas conjuntamente, os acordos eram fechados por cada sindicato com os representantes dos patrões em cada praça. No Espírito Santo, com muitos bancos mineiros, chegou a ser necessário pedir interferência política para fechar pautas.

Era preciso, portanto, melhorar a coordenação da categoria, o que foi obtido, em 1957, com a criação da Federação dos Bancários do Rio de Janeiro e Espírito Santo. No ano seguinte, as cinco Federações então existentes fundaram a Confederação Nacional dos Trabalhadores em Empresas de Crédito (CONTEC).

Outra necessidade era a normalização do ambiente político, com o fim da cobrança do atestado de ideologia, permitindo o retorno dos comunistas às eleições sindicais. Isso ampliou o debate de projetos políticos no seio das entidades. Nessa fase, só não foi possível recriar uma organização que unificasse nacionalmente os trabalhadores. De qualquer forma, a segunda metade dos anos 1950 foi uma época de grande debate sobre a Nação como um todo e sobre os rumos do sindicalismo em particular.

No Espírito Santo, o grupo de Hélio Soares participou ativamente de uma mobilização do Banco do Brasil, em 1957, com ameaça de greve específica. Além disso, o Sindicato fez parte de uma experiência que deixaria marcas importantes no processo de construção do diálogo horizontal entre as categorias profissionais capixabas, que foi o Congresso Sindical dos Trabalhadores do Espírito Santo. Ocorrido em 1957, ele teve Hélio Soares como presidente da sua comissão organizadora. O objetivo era bem ambicioso: discutir a questão dos salários, da previdência social, do desemprego e do custo de vida. Essa pauta demonstra o propósito dos capixabas em se inserir no debate nacional sobre esses temas.

O Congresso surgiu de uma proposta feita em uma comemoração do dia 1º de Maio. Contou com a presença de lideranças reformistas e de militantes do PCB. Como resultado dos seus debates, foi criada uma Comissão Permanente do Congresso Sindical, composta por 25 membros. Essa iniciativa seria seguida, algum tempo depois, por outra, mais estruturada e também com importante presença dos bancários.

Portanto, a “aposentadoria” da primeira linha política, acompanhada de maior debate, de melhor articulação nacional da categoria e desta com os trabalhadores locais gerou uma base importante para o que viria na fase seguinte.

A crise da modernização conservadora

O desenvolvimento do capitalismo no Brasil foi produto de uma aliança entre o governo federal, as empresas privadas nacionais e as estrangeiras. No campo, não houve mudança no regime de posse da terra, com os latifundiários mantendo seu poder. Assim, nossa modernização foi conservadora: saímos de um sistema socioeconômico para outro sem que os grupos dominantes tradicionais fossem derrubados.

A industrialização do país foi financiada, entre outros aspectos, com a continuidade do estímulo à exportação de produtos primários (café, açúcar e minério de ferro) pela necessidade de obter reservas estáveis de valor, como ouro, dólar e libra esterlina. Combinando esses dois elementos, temos o seguinte: em vários locais do país, os coronéis continuaram mandando e a venda de produtos primários foi reforçada. Foi o caso do Espírito Santo, não só pela presença do café como também pelo papel da Companhia Vale do Rio Doce (CVRD), que exportava minério pelo porto de Vitória.

Mas chegou o momento em que as contradições começaram a pesar. O governo de Juscelino Kubitschek foi encerrado com inflação crescente. Depois dele, o comando do Executivo nacional mudou de mão quatro vezes até o golpe de 64. Nessa fase, acabou o equilíbrio precário que existia entre as forças conservadoras e aquelas favoráveis à mudança.

No Espírito Santo, predominava o esquema de poder em torno do Partido Social Democrático (PSD), com Carlos Lindenberg e Jones dos Santos Neves. A única alternativa viável surgia a partir de Francisco Lacerda de Aguiar, conhecido como Chiquinho. Os dois lados tinham suas bases de apoio principais no campo, sendo que Chiquinho, ainda por cima, mobilizava as massas urbanas com uma retórica típica do populismo de direita, na linha de Adhemar de Barros.

O desenvolvimento econômico do estado gerou uma classe trabalhadora cidadina atuante em setores que prestavam serviços à exportação de café e minério, com destaque para transportes e comércio. No interior, predominava a mão de obra dos meeiros, geralmente pequenos proprietários ou posseiros que fechavam contratos cujo pagamento era a metade (meia) da produção em terra dos "coronéis".

O tipo de regime fundiário do Espírito Santo não gerou, como em outros estados, a formação de Ligas Camponesas, pelas quais os próprios trabalhadores reivindicavam a divisão das terras. Isso, juntamente com o pequeno peso dos empregados urbanos, ainda por cima disputados pelo populismo de Chiquinho, reduziu o espaço para uma linha política progressista, baseada nos sindicatos e movimentos sociais. Mesmo assim, essa opção foi construída. Buscou-se compensar a fragilidade de cada categoria separadamente por meio da articulação entre elas. E concluiu-se que a mudança no cenário local dependeria de uma alteração dos rumos do país. Os aspectos conservadores da modernização teriam que ser combatidos até mesmo para atingir as bases do poder dos coronéis, o que era

muito claro no Espírito Santo. Para tanto, a bandeira de lutas elaborada na época, que se transformou, na prática, no meio para tal mudança, foi a das Reformas de Base. Esse foi o caminho seguido pela direção do SEEB/ES como força dirigente no interior da classe trabalhadora capixaba.

A nova hegemonia

Entre a fase de transição, apontada acima, e a nova prática sindical, um indivíduo teve presença constante: Cícero Octaviano Dias Chaves. Ele esteve na diretoria de 1955 até 1962. A novidade se deu nas figuras de José Martins de Freitas, presidente de 1959 a 1962, além de Wantuil Siqueira. Vale notar que, na última diretoria antes do Golpe de 64, havia pelo menos uma pessoa de perfil conservador: Jurandy Angelo. Não foi fácil obter informações sobre Freitas. Ao que parece, tratou-se de uma liderança sem vinculações com grupos organizados, mas perfeitamente capaz de dialogar com eles. Segundo Siqueira, ele “foi excelente colega, lutador, tinha uma forma muito prática de defender as reivindicações dos bancários, e ele era muito querido dentro do Banco do Brasil. Era chamado muitas vezes de esquerda. Ele, Marcio e Herço eram...” (SIQUEIRA, 2014).

A própria posição de Siqueira, tido como militante do PCB, foi relativizada por ele: “Eu expresso o seguinte: sou muito lutador pelas classes menos favorecidas. Sempre fui! Nunca fui e nem sou de nenhum partido. Ninguém tem ficha minha em partido nenhum, apesar de ter sido preso como comunista” (SIQUEIRA, 2014). O fato é que a nova direção não se alinhava com um único grupo, mas atuava no sentido de um projeto comum. É isso que importa.

Nesse período, houve duas greves da categoria no Espírito Santo: em 1961 e 1963. A articulação com a Federação dos Bancários e com a CONTEC foi constante, levando à participação em uma série de atividades coletivas, como foi o caso da III Conferência Sindical Nacional dos Bancários (1960), a I Convenção Nacional dos Bancários (1960), o III Congresso Nacional Sindical (1960) e a I Convenção Estadual dos Bancários do Espírito Santo (1961).

Reuniões específicas dos bancários ocorreram em concomitância com a organização do Conselho Sindical dos Trabalhadores do Espírito Santo, do qual José Martins de Freitas foi um dos presidentes. Em 1962, após uma série de experiências de unificação, foi criado o Comando Geral dos Trabalhadores (CGT). Dessa forma, constituiu-se um arranjo institucional que possibilitava a formação de uma central sindical de abrangência nacional, da qual a CONTEC participava. Esta, junto com as Federações, conduziu à elaboração de uma pauta nacional dos bancários em consonância com um plano mais geral. No Espírito Santo, por sua vez, o Conselho Sindical buscou interligar os empregados, conectando as demandas nacionais com as locais.

Chegar a esse ponto foi resultado de um grande esforço de organização e embate político. Criou-se um campo específico de representação dos interesses dos trabalhadores, que buscava respeitar as especificidades e integrá-las numa visão de conjunto. Dele faziam

parte militantes com orientações variadas. Alguns eram filiados ao PCB; outros eram trabalhistas “de esquerda”. Havia os seguidores da Juventude Operária Católica e o Partido Comunista do Brasil (PCdoB).

Na conjuntura que vai de 1961 a 1964, a bandeira de lutas que mobilizou este campo foi concretizada nas Reformas de Base, das quais a mais explosiva era a reforma agrária, mas a reforma bancária também teve o seu lugar. O SEEB/ES participou intensamente de todas as discussões, com suas lideranças principais defendendo os aspectos que, para aquele momento, eram os mais radicais no tema das reformas. No fundo, tratava-se de mudanças que teriam alinhado o Brasil com as democracias liberais, não tendo conteúdo “comunizante”. Todavia, não foi essa a leitura dos poderosos, que deram um Golpe de Estado e encerraram mais essa tentativa de construir um espaço de autonomia para a classe trabalhadora.

Os bancários capixabas no Conselho Sindical

Com as fontes disponíveis, não é possível saber quando foi criado o Conselho Sindical dos Trabalhadores do Espírito Santo e a duração do mandato de José Martins de Freitas em sua presidência. Sabemos, com certeza, que ele estava nessa posição em 1960. Sobre esse ponto, disse Wantuil Siqueira:

Se você pegar a CLT da época, não admitia uma Confederação dos Trabalhadores, uma Federação dos Trabalhadores, um Sindicato dos Trabalhadores ou uma Associação se juntar num órgão limite assim, ou seja, nivelar essas três. Nós fomos o primeiro estado a fazer Conselho Sindical. (SIQUEIRA, 2014).

Todavia, mecanismos de articulação horizontal dos trabalhadores nos estados foram surgindo ao longo dos anos 1950, como o Pacto de Unidade Intersindical (PUI), em São Paulo, após a greve dos 300 mil; a Comissão Permanente das Organizações Sindicais (CPOS), do Rio de Janeiro; o Conselho Sindical dos Trabalhadores de Pernambuco (Consintra), fundado em 1954. Há notícia de entidade semelhante no Rio Grande do Norte. Em Santos e no litoral de São Paulo, existiu o Fórum Sindical de Debates, criado em 1956. Este e o Conselho Sindical dos Trabalhadores de São Paulo foram criados por lideranças conservadoras, mas acabaram caindo nas mãos da esquerda.

O Consintra teve como seu Secretário-Geral o militante do PCB, bancário do Banco do Brasil e presidente da Federação dos Bancários do Norte Nordeste, José Raymundo da Silva. Isso mostra que a relação de bancários de esquerda com esse tipo de manifestação não se resumiu ao Espírito Santo.

Sob a presidência de José Martins de Freitas, o Conselho Sindical capixaba foi bastante ativo no ano de 1960, quando organizou o II Congresso Estadual dos Trabalhadores, entre 3 e 5 de junho. Ao que parece, nessa ocasião, foi discutida a pauta capixaba para o III Congresso Nacional Sindical, com o envio de uma delegação de 50 pessoas, incluindo, entre outros itens, a questão da Hanna. O papel de Freitas é destacado por Wantuil Siqueira:

Principalmente, nós conversamos com o comércio [sindicato]. Mas, depois, nós passamos a ter mais atuação com o arrumador, estivador e portuário, com a criação dessa Frente [de Mobilização Popular]. Além do mais, é o seguinte: muitas vezes havia ideias de luta e não se sabia conduzir a luta. E nós tínhamos esse amigo aqui, José Martins de Freitas: era um espetáculo, o camarada coordenava essas coisas e a gente passava a reivindicar. Quantas vezes nós saíamos daqui, não era nada de bancário, mas nós íamos a Brasília conversar com Jânio Quadros, e eram [reivindicações dos] portuários. (SIQUEIRA, 2014).

A Hanna Mining Company foi uma empresa norte-americana que começou a atuar no Brasil na segunda metade dos anos 1950, adquirindo empresas que eram donas de depósitos de minério de ferro em Minas Gerais. Ela obteve um forte apoio no Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE) e no Ministério da Fazenda do presidente Kubitschek. Ao mesmo tempo, realizou um forte *lobby* internacional para prejudicar contratos da Companhia Vale do Rio Doce, de forma a enfraquecê-la e beneficiar suas ações como exportadora de minério. Isso provocou uma reação nacionalista que contou com apoios que iam da direita à esquerda. Como a Vale era uma empresa importante no Espírito Santo, o Conselho Sindical fez campanha contra suas pretensões, buscando inserir o tema no evento citado acima.

O Conselho também participou da campanha contra a concessionária de energia elétrica que funcionava no estado, chamada Central Brasileira de Força Elétrica (CBFE). Naquele momento histórico, o nacionalismo se transformou numa bandeira com alto grau de mobilização e os setores progressistas defendiam o combate a empresas estrangeiras que eram consideradas exploradoras do povo. Era o caso das concessionárias de energia. Na fase em que Freitas esteve à frente do Conselho Sindical, houve grande pressão para que essa empresa, de capital canadense, diminuísse a conta de energia, o que foi obtido e mereceu elogio por parte da CONTEC.

O SEEB/ES e as Reformas de Base

O Conselho Sindical se tornou mais ativo em 1962, quando passou das mãos de Freitas para Manuel Santana, líder dos gráficos e membro do PCB. Essa mudança foi motivada por um acordo político que envolveu as forças progressistas em favor da pauta das Reformas de Base, em especial a agrária. Naquele ano, o governo federal indicou Bianor Ribeiro para ser Delegado Regional do Trabalho, além de Guilherme Atualpa de Montezuma Breder para dirigir a Superintendência de Reforma Agrária (SUPRA) no estado. Os dois se aliaram ao Conselho Sindical e à seção capixaba da Frente de Mobilização Popular pelas Reformas de Base.

Uma das ações mais importantes dessa aliança foi o esforço para aumentar a sindicalização rural, o que era visto como um meio para fortalecer a luta pela reforma agrária no país, mesmo que numa linha menos radical que a das Ligas Camponesas. O Conselho Sindical, então, conseguiu que cada entidade filiada contribuísse com uma importância para formar delegações que iam ao interior para fazer campanhas de filiação.

Assim, foram fundados muitos sindicatos rurais no estado, com a participação de seus membros e de estudantes.

As limitações desse trabalho eram grandes porque a maior parte dos trabalhadores do campo no Espírito Santo era de meeiros e não de assalariados, o que dificultava uma postura de enfrentamento contra os patrões. Além disso, tratava-se de um esforço pela reforma agrária nos termos legais que estavam sendo definidos então. Mesmo assim, a luta do Conselho Sindical foi vista pela direita como uma atividade extremamente perigosa, a exemplo de um debate havido na Assembleia Legislativa em 1964 e divulgado por *A Gazeta* no dia 9 de janeiro, quando o deputado Guilherme Pimentel Filho disse que

[...] a SUPRA quer é agitar, criar tumulto, criar problemas no campo e não resolver as dificuldades dos agricultores e prosseguiu afirmando que já temos sindicatos de camponeses formados com ferroviários, estivadores e até bancários. São estes os agricultores que estão dirigindo os sindicatos recém-fundados. As eleições são feitas tirando-se os nomes do colete. (ISAAC..., 1964, p. 1).

Essa citação mostra o empenho dos bancários na campanha e as fantasias que os conservadores elaboraram sobre o que estava sendo feito. O Conselho Sindical, portanto, continuou contando com a militância dos bancários em defesa das reformas. Muitas entidades urbanas foram criadas; combateu-se a influência dos trabalhistas “de direita” no sindicalismo, como era o caso dos irmãos Buaiz entre os industriários; e a campanha contra a CBFÉ teve continuidade, com o boicote do pagamento das contas de luz.

A luta contra a CBFÉ, assim como o embate contra a Hanna, porém, são outros exemplos das contradições e limitações do reformismo radical da época. Um de seus aspectos era o nacionalismo, o que permitia a formação de alianças com pessoas de direita. No caso da Hanna, o deputado federal capixaba Oswaldo Zanello, filiado ao Partido de Representação Popular, que era o sucedâneo do Integralismo, foi um de seus detratores. No que se refere à CBFÉ, o general Parente Frota, deputado estadual do PTB e ex-Chefe de Polícia, tornou-se liderança de destaque.

Coração de cifrão: a greve de 1961

Foi no campo específico da sua base que a nova direção dos bancários demonstrou maior capacidade de luta. Para tanto, tomou iniciativas que visavam aumentar o grau de mobilização. Em 1960, estava defendendo o fim do trabalho aos sábados, o retorno da estabilidade no emprego após dois anos (conquistada de 1934 e perdida em 1943), as seis horas de trabalho para os comissionados e a implantação do Contrato Coletivo de Trabalho (CCT). Mais importante ainda, em nome de uma representação ampliada, defendiam os interesses dos contínuos, que percebiam um salário irrisório.

Em 1961, o SEEB/ES organizou a I Convenção Estadual dos Bancários, com uma pauta específica e outra nacional. Depois dela, para aumentar a organização, foram criadas comissões nas agências. Por fim, seguindo o movimento nacional, houve uma paralisação de dois minutos em 12 de outubro. A seguir, no dia 18, uma passeata pelo centro de Vitória.

A greve começou no dia 19, com demandas que incluíam aumento de 50% e um salário inicial de Cr\$ 16 mil para os funcionários de portaria, confirmando o empenho em defesa dos colegas que nem eram considerados bancários.

Na primeira assembleia de greve, foi decidido fazer piquetes e assinar o ponto na sede da entidade. E, como em situações anteriores, os funcionários do Banco do Brasil resistiam em acompanhar o movimento. Assim, num gesto que demonstrou o grau de empenho obtido na base, a assembleia decidiu conceder um prazo de 24 horas para que o Banco do Brasil decidisse sua participação. No dia seguinte, após um piquete organizado na frente da agência da instituição no centro de Vitória, eles aderiram. Segundo o dirigente Wantuil Siqueira, "Nós fazíamos piquetes mesmo. Parávamos na porta, era fogo! Nós tínhamos uma forma de conscientização das pessoas: se você não faz, ninguém vai trazer para você, ninguém vai te ajudar, se você não lutar, ele [o banqueiro] não te dá" (SIQUEIRA, 2014).

A seguir, todas as cidades do estado entraram. No auge da luta, porém, no dia 26, a greve terminou na Guanabara. No dia seguinte, então, o SEEB/ES aceitou o acordo proposto para Minas Gerais: aumento de 40%, com salário mínimo de Cr\$ 7 mil, não punição aos grevistas e pagamento pelos dias parados.

Em nota oficial, a entidade agradeceu ao governador Carlos Lindenberg (PSD), que entrou em contato com seu colega mineiro, Magalhães Pinto (UDN), e mediou o acordo. Posteriormente, o jornal *O Diário*, que pertencia a Francisco Lacerda de Aguiar, o Chiquinho, chamou os bancários de "picaretas" pelo fato de terem aberto um "livro de ouro", solicitando doações populares para pagar as despesas da paralisação. Isso demonstra as dificuldades que havia para o reconhecimento da legitimidade das lutas populares. Além de enfrentar os patrões, que colocaram o cifrão no lugar do coração, como mostra um cartaz dos manifestantes, era preciso saber dialogar num ambiente de falta de unidade nacional da categoria e de resistências difusas. Vale notar que os banqueiros é que, não possuindo, de propósito, entidade representativa para todo o país, impediam a negociação de um acordo válido para todos, forçando situações como a que os capixabas viviam, tendo que usar mediação política para que os banqueiros de Minas Gerais estendessem os acordos para o Espírito Santo e tendo que conseguir dos outros bancos que aceitassem os mesmos termos.

"Todos pararam" – a greve de 1963

O ano de 1962 foi um marco em termos de ações coletivas. Nacionalmente, deu-se a primeira greve geral, na qual a CONTEC teve papel relevante. Conquistou-se o fim do trabalho aos sábados e ainda houve uma paralisação por conta do risco do não pagamento do 13º salário. No Espírito Santo, o Conselho Sindical pôde contar com o apoio da DRT e da SUPRA, conforme foi dito acima. Mas o SEEB/ES não acompanhou de forma ativa as medidas. Isso talvez tenha ocorrido por conta da transferência de José Martins de Freitas para outro estado. Como liderança, ele havia conquistado um alto nível de reconhecimento entre os colegas.

No ano seguinte, o Sindicato comandou outra greve. Mais uma vez demonstrando o atrelamento a Minas Gerais, a motivação esteve na atitude dos banqueiros, que não analisaram a proposta de conciliação feita pelo Tribunal Regional do Trabalho daquele estado e que os capixabas aceitaram. Assim, em 19 de setembro, a categoria entrou em greve por tempo indeterminado, realizando uma passeata por Vitória. No dia 22, a tarefa mais difícil foi alcançada: os colegas do Banco do Brasil aderiram. Como na paralisação anterior, havia uma preocupação no sentido de esclarecer as pessoas sobre o movimento, o que se fazia por meio de cartazes e mensagens de alto-falante em um carro que circulava pela capital.

Um dirigente da Federação do Rio e Espírito Santo, Marchesini Alberto, participou dos trabalhos de coordenação. A Câmara de Vereadores da capital declarou apoio e o comando de greve lançou uma nota em termos muito moderados, reivindicando que o salário fosse “justo, humano e cristão”. Ali, reclamavam que “nosso anseio de dias melhores para nossas famílias e para o próprio Brasil são relegados a um plano inferior e anticristão pelos srs. Banqueiros” (SINDICATO..., 1963, p. 1). Esta fala, que destoava da prática aguerrida, pode ser vista de duas formas: como resultado da presença de lideranças conservadoras na entidade, mas também como um discurso adequado ao grande público. Historicamente, o que os articulistas da imprensa local faziam diante das reivindicações da classe trabalhadora era despolitizá-las, inserindo-as numa lógica de caridade religiosa, no plano moral da “ganância” dos ricos ou como produto do desespero, causado pela morosidade da Justiça do Trabalho. Isto quando não as condenavam, simplesmente.

O populismo de Chiquinho e os setores moderados do trabalhismo capixaba, como no caso do deputado estadual Mário Gurgel (PTB), que costumava apoiar os sindicatos, gostavam de sustentar seus argumentos em termos de ética cristã. Tendo em vista a necessidade de apoios políticos e sociais para a mediação de acordos, uma fala pública menos contundente se mostrava adequada para o momento.

A greve teve alto nível de adesão, tanto que ficou na memória de José Theodomiro Casa Grande, do Banco da Lavoura, como uma oportunidade na qual “todos pararam”.

Houve uma greve antes da Revolução de 1964. Parece-me que de 17 dias. [Os bancários] não cabiam dentro da sede do sindicato. O sindicato tinha um auditório pequeno, [feito para] 100, 150 pessoas. A gente tinha que sair para alugar outro auditório: Álvares Cabral e Colégio do Carmo. Parou mais de uma semana. Todos os bancos pararam. Banco do Brasil ajudava muito a gente, porque se o Banco do Brasil parava todo mundo tinha que parar. [As reivindicações eram por] mais salário, confirmar horário de serviço e sempre lutamos por estabilidade [...] [Wantuil] era um dos articuladores. Tinham outros: Jurandy... (CASA GRANDE, 2014).

A *Gazeta* chegou a afirmar que houve piquetes, mas como mera formalidade, já que não eram necessários. Demonstrando unidade e boa vontade para negociar, a greve foi interrompida entre os dias 21 e 24. Nessa data, porém, o clima mudou no Banco do Brasil, que ameaçou abrir e um piquete se postou na frente da agência central de Vitória.

“Os banqueiros querem briga” – e conseguiram

O ponto alto da greve de 1963 foi o conflito diante do Banco do Brasil. Nessa ocasião, o governador, Lacerda de Aguiar, fez contato com o SEEB/ES, mas não o demoveu. Em 26 de setembro, os estudantes secundaristas declararam apoio. No dia 27, tropas do Exército se postaram diante do Banco do Brasil e garantiram sua abertura. Ary Lopes Ferreira, que viria a ser interventor no Sindicato após o golpe, foi o responsável por essa virada e assim a interpretou:

Foi aí que começou o movimento sindicalista mais forte. Eu já estava em Vitória. Eu acabava de entrar no Serviço Jurídico, em 1962 que eu passei. Como advogado do banco eu tinha obrigação de pedir proteção para o banco, e eu pedi proteção policial. Porque fizeram piquetes, não deixavam entrar os colegas que queriam trabalhar, a maioria queria trabalhar. (FERREIRA, 2013).

Mas a paralisação continuou forte nas outras instituições e levou o Banco de Crédito Agrícola a fechar um acordo. Já no dia 1º de outubro, os aliados autênticos saíram às ruas em solidariedade aos bancários e contra o custo de vida. Foram eles: a Frente de Mobilização Popular pelas Reformas, o Conselho Sindical e a União Estadual dos Estudantes. No dia seguinte, o Banco Predial, do Rio de Janeiro, também se acertou com o SEEB/ES. Em 3 de outubro, o Conselho Sindical foi falar com Chiquinho, que estava em contato com Magalhães Pinto e sugeriu o retorno ao trabalho. A opção da categoria, porém, foi suspender a paralisação apenas devido à interferência do Presidente Goulart, que propôs 70% de aumento comum para todos os bancários, já que o movimento se espalhava pelo país. Ele também sugeriu um novo aumento em abril de 1964, conforme o custo de vida, o pagamento dos dias parados e a não punição.

A princípio, os capixabas retornariam por 72 horas, mas mantiveram os bancos abertos por conta de uma negociação que estava em curso em Belo Horizonte em termos próximos ao que o Presidente sugeriu. Em 9 de outubro, porém, uma assembleia ameaçou com nova paralisação, pois não parecia estar havendo avanços. Lamentavelmente, não há documentos que esclareçam a conclusão das conversas. Mesmo assim, os fatos demonstram que o movimento foi sólido. Apenas com muita organização é possível parar e retornar com força, a ponto de impedir a abertura de uma empresa importante. O Banco do Brasil só retornou ao serviço pela intervenção militar, o que não esmoreceu o embate. O Banco de Crédito Agrícola e o Predial concluíram acordos depois disso.

Ocorre que o clima era de confronto, o que foi bem capturado por uma liderança ao afirmar, em entrevista, que os bancários queriam entendimento, mas os banqueiros queriam briga. Num sentido mais amplo, eles conseguiram, não só pela dificuldade imposta para a conclusão da greve, como pelo que houve em 1964.

Quando o Golpe se deu, uma de suas primeiras medidas foi cassar, por 10 anos, os direitos políticos de 100 pessoas. Dessa lista, fizeram parte o presidente da Federação dos Bancários do Rio de Janeiro e Espírito Santo, Luiz Viégas da Motta Lima, militante do PCB,

e o presidente da CONTEC, Aluísio Palhano Pedreira Ferreira. Isso mostra a imagem que os golpistas faziam do sindicalismo bancário. No Espírito Santo, a entidade sofreu intervenção, interrompendo a experiência que estava em curso, com suas contradições, limites e qualidades, principalmente no que se refere à elaboração de uma prática de autonomia de classe, buscando aliar o plano nacional com o local. O silêncio que se abateu empurrou essa tarefa para adiante.

Conclusão

Em seu livro, Ruy Braga (2012) faz uma revisão da literatura sobre o movimento sindical no Brasil bastante extensa. Não cabe, neste trabalho, recuperar toda a discussão. O que será destacado é a preocupação de boa parte dos autores no sentido de apontar o corporativismo e o atrelamento das entidades ao poder de Estado. Braga não ignora este ponto, mas chama a atenção para a pressão exercida pelos trabalhadores de baixo para cima, forçando os sindicatos a responderem às suas demandas, de forma que, em várias situações, a mesma linha de controle que fazia o caminho de cima para baixo poderia ser usada para pressionar os governos e os patrões, no que ele chamou de modo de regulação populista sob condições do pós-fordismo periférico. A chave dessa interpretação está relacionada ao conceito de precariado. Aqueles setores não especializados e submetidos a difíceis condições de trabalho, em particular os migrantes, seriam responsáveis por uma constante insatisfação de base, disposta a responder ao despotismo das chefias. Para atender a esses setores, as elites sindicais se viam obrigadas a dar respostas aceitáveis.

A divisão entre trabalhadores especializados e não especializados e a identificação da precarização em um deles não ajudam no caso dos bancários. Conforme ficou demonstrado neste texto, não só os salários eram baixos, como as condições de trabalho, mesmo que não implicassem em trabalho manual árduo, eram estressantes, e o que vem sendo chamado na atualidade de assédio moral já era uma constante. Ou seja, a imposição de tarefas excessivas, com altos níveis de responsabilidade, sem respeito aos direitos trabalhistas, era uma prática corriqueira. Isso significa que a precarização do trabalho dos bancários era uma realidade para toda a categoria.

Nesse sentido, as direções sindicais deram, basicamente, dois tipos de resposta. A primeira foi a de lutar por melhores condições, inclusive participando de greves, mas também ao transformar o sindicato em prestador de serviços e lutar pelo controle sobre o IAPB, que se tornou, na mesma linha, o melhor prestador de previdência, saúde e financiamento da habitação do país. Essas características não deixaram de existir na passagem para o reformismo radical, mas foram combinadas com o apelo à categoria para o mergulho na condição de classe, na aliança vertical com os trabalhadores do Espírito Santo e horizontal com os bancários do país e todos os trabalhadores da Nação. O que permitiu essa virada foi a elaboração da pauta das Reformas de Base. Isto nos mostra que, se existe, por um lado, uma experiência concreta que oferece respostas à exploração do trabalho, sendo

que muitas delas podem ser alienadas, conformistas ou voltadas para negociações parciais com os dominadores, no interior mesmo de seu discurso e prática de poder, por outro, é analiticamente relevante considerar o ativismo das elites sindicais, suas atitudes pró-ativas, sua adesão a projetos. Ruy Braga fala de uma pressão do precariado sobre os sindicalistas, mas também podemos pensar no apelo deles aos trabalhadores. Isso não se dá, porém, no vazio. Há condições estruturais e aspectos conjunturais que facilitam ou dificultam certas linhas de ação. Isso ficou claro, por exemplo, no caso de Newton Meirelles e do socialismo democrático em plena vigência da hegemonia do reformismo moderado. Este constituiu a resposta mais eficiente naquele contexto, inclusive no sentido da formação e preservação do grupo de dirigentes sindicais, que sempre estiveram expostos à perseguição dos patrões.

Em uma nova conjuntura, aberta na segunda metade dos anos 1950, apesar de o Espírito Santo ter passado por um processo de reforço da economia agrário-exportadora e do fortalecimento da influência dos proprietários de terras, foi possível que novas lideranças forjassem uma unidade em torno da implantação de medidas vistas como benéficas ao país e à sociedade capixaba como um todo, a exemplo da luta contra a CBEF. O nacionalismo e as propostas de reformas, sem jamais deixar de lado a luta pela melhoria das condições de trabalho e salário, permitiram apelar aos bancários capixabas como membros de um grupo maior. O caráter de urgência e o tom emocional em torno da defesa de medidas vistas como relevantes para todos ou, pelo menos, para setores majoritários, foram fundamentais para dar um salto na qualidade da mobilização, com piquetes, passeatas e mesmo a quebra do tabu em torno da suposta posição de passividade dos colegas do Banco do Brasil.

Por uma questão de espaço, este texto não se aprofundou na interpretação sobre as fontes orais utilizadas. A tese defendida é a de que houve uma experiência de formação de identidade de classe, assentada, entre outras coisas, na realidade dos bancários. A repressão implementada após o Golpe de 1964 interrompeu essa construção histórica. Tal ponto é relevante para a compreensão das entrevistas. Alessandro Portelli (1990), em um importante trabalho sobre a trajetória dos trabalhadores italianos, escreve sobre um evento traumático: o assassinato de um manifestante em 1949. Ele notou uma tendência da memória a construir uma imagem idealizada do evento em termos de uma iconografia tradicional, religiosa e política. O fato em si ocorreu durante uma demonstração contra a OTAN, mas a morte dele foi lembrada como resultado de demissões. Para entender tal "confusão", o autor observa que os mecanismos da memória podem funcionar ao longo de uma estrutura vertical ou horizontal. A linha vertical liga a experiência pessoal às instituições, sindicatos, partidos, governos. A horizontal engloba as relações pessoais, o grupo, a comunidade no interior de suas experiências de vida e trabalho.

Segundo Portelli, a memória manipula detalhes factuais e sequências cronológicas para servir a três funções: simbólica, psicológica e formal. No plano simbólico, a morte citada representa a experiência de classe trabalhadora italiana no pós-guerra como um todo. No plano psicológico, o evento serve para curar o sentimento de humilhação diante

da repressão. Do ponto de vista formal, ele marca um momento na história. Assim, foi possível perceber que os entrevistados podiam percorrer esta “cruz” (as linhas verticais e horizontais) de acordo com uma reflexão sobre a luta de base e as instituições, ou de acordo com uma preocupação com a camaradagem, com a coesão grupal, com a experiência mais imediata.

Comparando o caso estudado por Portelli com o tema desta pesquisa, é possível perceber que, na Itália, a continuidade dos sindicatos e partidos como instituições com certo grau de autonomia permitiu a configuração que o autor enunciou. Já na realidade em questão, o rompimento do quadro institucional e do processo de politização afetou a capacidade dos entrevistados em percorrerem a linha vertical. Ao serem perguntados sobre os líderes, os termos usados foram: baluarte, lutador, querido, espetáculo, [capaz de] enfrentar, defender. As conquistas, como a participação dos bancários na direção do IAPB, são recordadas, mas como uma reminiscência. O lugar simbólico ocupado pelos dirigentes do processo político, portanto, acabou por inseri-los na linha horizontal, no campo da proximidade, do coleguismo, da coragem pessoal e não de sua associação com um projeto maior, o que é particularmente relevante como reforço das conclusões aqui obtidas sobre a interrupção de tal experiência. A imagem que esta pesquisa capturou em uma das manifestações – um cartaz no qual figurava um cifrão dentro de um coração – rompeu simbolicamente com a lealdade e o senso de dever canino para com os banqueiros. Se o coração deles pulsava pelo dinheiro, o dos bancários deveria bater para correr o sangue nas veias dos trabalhadores. Em boa medida, a condição de direção de classe que o SEEB/ES assumiu na conjuntura imediatamente anterior ao Golpe de 64 buscou tal objetivo.

Referências

ALBERTI, Verena. *Manual de História Oral*. 2.ed. rev. e atual. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

BITTENCOURT, Gabriel A. M. *História geral e econômica do Espírito Santo: do engenho colonial ao complexo fabril-portuário*. Vitória: Multiplicidade, 2006.

BRAGA, Ruy. *A política do precariado: do populismo à hegemonia lulista*. São Paulo: Boitempo; USP – Programa de Pós-Graduação em Sociologia, 2012.

CACHOEIRO de Itapemirim – Inconfidências na Capital Secreta. Vitória: Papel de Comunicação, 1985.

HECKER, Alexandre. *Socialismo sociável: história da esquerda democrática em São Paulo (1945-1965)*. São Paulo: Editora da UNESP, 1998.

LIMA, Rodrigo C. S. *Uma breve análise sobre o anticomunismo no Espírito Santo na era Vargas*. 2011. 103 f. Monografia (Licenciatura em História) – Departamento de História do Centro de Ciências Humanas e Naturais da Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2011.

OLIVEIRA, Ana L. V. S. C. *Sindicalismo bancário: origens*. São Paulo: Oboré Editorial, 1990.

OLIVEIRA, Ana L. V. S. C. *Sindicato e sindicalismo bancário*. Seropédica: EDUR, 1998.

OLIVEIRA, Ana L. V. S. C. IAPB e sindicato: duas estruturas interligadas. *Revista de Sociologia e Política*, Curitiba, n. 13, p. 141-151, nov. 1999.

PEREIRA, André R. V. V. Mais do mesmo: o reforço da integração subordinada do Espírito Santo no sistema capitalista internacional. *Sinais – Revista Eletrônica – Ciências Sociais*, Vitória: CCHN/UFES, v. 1, n. 9, p. 203-232, jun. 2011.

PEREIRA, André R. V. V. Conflito de discursos na greve de 1948 na Companhia Vale do Rio Doce. In: CAMPOS, A. P.; VIANNA, K. S. S.; MOTTA, K. S. da; LAGO, R. D. (Orgs.). *Memórias, traumas e rupturas*. Vitória: LHPL/UFES, 2013a. p. 1-15. Disponível em: <<http://lhpc.ufes.br/sites/lhpc.ufes.br/files/Andre%20Ricardo%20Valle%20Vasco%20Pereira.pdf>>. Acesso em: 6 mar. 2014.

PEREIRA, André R. V. V. Espremeram tudo! Modernidade e tradição na memória de um ex-funcionário da Companhia Vale do Rio Doce. *História Oral*, Rio de Janeiro, v. 16, p. 209-213, 2013b.

PEREIRA, André R. V. V. Lutando com "Ordem e Disciplina": o Sindicato dos Bancários do Espírito Santo (1934-1953). *Revista Ágora*, Vitória, n. 20, p. 110-126, 2014.

PORTELLI, Alessandro. *The Death of Luigi Trastulli, and Other Stories: Form and Meaning in Oral History*. New York: State University of New York Press, 1990.

PRZEWORSKI, Adam. *Capitalismo e social-democracia*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

SILVA, Marta Z. *A Vale do Rio Doce na estratégia do desenvolvimento brasileiro*. Vitória: EDUFES, 2004.

SIQUEIRA, Maria P. S. *Industrialização e empobrecimento urbano: o caso da Grande Vitória, 1950-1980*. 2.ed. Vitória: Grafitusa, 2010.

THOMPSON, Edward P. *Tradición, revuelta y consciencia de clase: estúdios sobre la crisis de la sociedade preindustrial*. 3.ed. Barcelona: Editorial Crítica, 1989.

TOSI, Alberto; COLBARI, Antonia; ALVES, Wania M. B. *Bancários: 60 anos de história, 1934-1994*. Vitória: Sindicato dos Bancários do Espírito Santo, 1995.

Fontes documentais e orais

BARBOSA, Anderson. *Anderson Barbosa: entrevista* [nov. 2014]. Entrevistadora: Júlia Ott Dutra. Vitória: UFES. 1 arquivo mp3.

BRAGA, Nilton. *Nilton Braga: entrevista* [mar. 2014]. Entrevistador: Charles Torres Bertocchi. Vitória: UFES. 1 arquivo mp3.

CASA GRANDE, José Theodomiro. *José Theodomiro Casa Grande: entrevista* [maio 2014]. Entrevistador: Charles Torres Bertocchi. Vitória: UFES. 1 arquivo mp3.

FERREIRA, Ary Lopes. *Ary Lopes Ferreira: entrevista* [nov. 2013]. Entrevistadora: Júlia Ott Dutra. Vitória: UFES. 1 arquivo mp3.

FREITAS, Aquiles Paula de. *Aquiles Paula de Freitas: entrevista* [abr. 2014a]. Entrevistador: Charles Torres Bertocchi. Vitória: UFES. 1 arquivo mp3.

FREITAS, Célio Campos de. *Célio Campos de Freitas: entrevista* [jan. 2014b]. Entrevistador: Charles Torres Bertocchi. Vitória: UFES. 1 arquivo mp3.

ISAAC contra a desapropriação: - SUPRA cheira a comunismo. *A Gazeta*, Vitória, 9 jan. 1964, p. 1.

MAGNAGO, Djalma José. *Djalma José Magnago: entrevista* [jan. 2014]. Entrevistador: Charles Torres Bertocchi. Vitória: UFES. 1 arquivo mp3.

PAULO, Arlete Pavezi. *Arlete Pavezi Paulo: entrevista* [dez. 2013]. Entrevistadora: Júlia Ott Dutra. Vitória: UFES. 1 arquivo mp3.

SILVA, Almir Carvalho da. *Almir Carvalho da Silva: entrevista* [mar. 2014]. Entrevistador: Charles Torres Bertocchi. Vitória: UFES. 1 arquivo mp3.

SINDICATO dos Empregados em Estabelecimentos Bancários do Espírito Santo. *Atas da Diretoria (1934-1957)*. Vitória: SEEB/ES. Manuscrito.

SINDICATO dos Empregados em Estabelecimentos Bancários no Estado do Espírito Santo: Nota dirigida "as autoridades e ao povo em geral". *A Gazeta*, Vitória, 22 set. 1963, p. 1.

SIQUEIRA, Wantuil. *Wantuil Siqueira*: entrevista [maio 2014]. Entrevistador: Charles Torres Bertocchi. Vitória: UFES. 1 arquivo mp3.

VESCOVI, Paulo Menegaz. *Paulo Menegaz Vescovi*: entrevista [mar. 2014]. Entrevistador: Charles Torres Bertocchi. Vitória: UFES. 1 arquivo mp3.

Notas

1 Trata-se, em todas as referências, à sigla PCB, do Partido Comunista do Brasil, que mudou de nome em 1961 para Partido Comunista Brasileiro. Uma de suas dissidências, o Partido Comunista do Brasil (PCdoB) surge neste texto apenas em 1962.

André Ricardo Valle Vasco PEREIRA. Doutor em Ciência Política pelo Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (IUPERJ). É professor adjunto do Departamento de História da Universidade Federal do Espírito Santo desde 1994. Av. Fernando Ferrari, 514, Goiabeiras, Vitória, 29075-910 Espírito Santos, Brasil.

Recebido em: 11/10/2016

Aprovado em: 13/11/2017